

EDITORIAL

Neste momento crítico da História brasileira, quando a crise de confiança nos quadros políticos contribuiu para uma desorientação geral e exacerbou os interesses liberais, colocando em risco avanços democráticos, como a obrigatoriedade da oferta do ensino público pelo Estado, mais do que em qualquer outro tempo a contribuição dos pesquisadores nacionais no campo da educação se faz necessária, garantindo-se o livre debate e a revalorização de ideais forjados historicamente com o empenho de educadores por uma escola pública, gratuita, laica e de qualidade a todos os brasileiros.

O inciso IV do art. 206 da Constituição Federal do Brasil afirma com clareza o princípio do ensino público gratuito em estabelecimentos oficiais. Entretanto, a PEC 395-B, aprovada em primeiro turno na Câmara dos Deputados, altera esse dispositivo e prevê a gratuidade para a educação básica e a educação superior, mas apenas para os *cursos regulares* de Graduação, Mestrado e Doutorado, possibilitando a cobrança em outras modalidades: “as atividades de extensão caracterizadas como cursos de treinamento e aperfeiçoamento, assim como cursos de especialização”, além de deixar brechas para a quebra da gratuidade irrestrita do ensino público, correndo-se o risco de em futuro próximo autorizar-se a cobrança a outros cursos de instituições públicas.

Nesse sentido, a *Revista Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional* afirma o compromisso de se colocar criticamente no cenário do debate educacional, com a apresentação de uma pluralidade de temas, metodologias, problematizações, análises e interpretações, focalizando neste número artigos que tratam de várias modalidades e níveis de ensino: a educação superior, a educação básica, a educação infantil, a educação de jovens e adultos, a educação a distância, a educação do/no campo.

O artigo de Susane Garrido, Margô Gomes de Oliveira Karnikowski, Claudia Maffini Griboski, Flavia Amaral Rezende e Suzana Schwerz Funghetto, sob o título de “A expansão da educação superior no Brasil, a indução da qualidade a partir do SINAES e as novas perspectivas para a educação a distância”, explora a possibilidade de expansão da educação superior

no Brasil, considerando a Meta 12 do Plano Nacional de Educação, que prevê o acesso a cursos de graduação de 33% da população brasileira com idade para ingressar no ensino superior; e, além disso, avalia a contribuição da educação a distância nesse processo, destacando os aspectos da avaliação enquanto indutora da qualidade a partir do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), por integrar ao processo avaliativo o ensino superior presencial e a distância.

Elza Margarida de Mendonça Peixoto, Márcia Morschbacher e Celi Nelza Zulke Taffarel relatam investigação realizada também sobre o ensino superior, porém com foco sobre a formação do professor de Educação Física, com o título "A formação para o trabalho científico na formação de professores de Educação Física", indagando-se sobre quais são os conhecimentos necessários para a formação de professores de Educação Física para o trabalho científico com consistente base teórica e qual a melhor forma para garantir a assimilação destes conhecimentos? Concluem que a formação para o trabalho científico demanda o trato com o conhecimento clássico acerca das teorias que vêm sendo desenvolvidas pela humanidade sobre a possibilidade do conhecimento e o critério de verdade, acompanhando este movimento no processo histórico de desenvolvimento do conjunto de teorias do conhecimento que configuram o positivismo, a fenomenologia e o marxismo e seus correspondentes métodos e técnicas de pesquisa, dando atenção à repercussão destas teorias do conhecimento na Educação Física.

Já Antônio Genivaldo Silva Feitosa desloca a atenção do leitor do ensino superior para a educação infantil, no artigo "Olhares da(s) infância(s): pesquisa com crianças" ao discutir os modos como as crianças são produzidas e constituídas a partir de suas histórias, lugares, tempos num espaço de abrigo. Problematisa "as guerras" diárias vividas pelas crianças na Casa Abrigo como: falta da família, vulnerabilidade social, privação da liberdade, dúvidas sobre o tempo no abrigo. Os resultados alcançados permitiram concluir que a constituição das *infâncias* abrigadas é atravessada por discursos das mais diversas ordens, dentre elas, os discursos sobre controle, gênero, sexualidade, poder, valores, disciplinamento e normatização.

Andressa Francine Paes Ribeiro e Evelise Maria Labatut Portilho apresentam um relato parcial da pesquisa sobre a Aprendizagem e Conhecimento na Ação Educativa, vinculada ao programa de Pós-graduação em *Educação Stricto Sensu* da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, trazendo a baile novamente o tema da educação infantil, com o artigo "A professora da educação infantil e suas representações sociais". Seu objetivo foi identificar as representações sociais que as professoras de educação infantil possuem sobre sua profissão e suas implicações na prática. A instituição pesquisada foi um Centro Municipal de Educação Infantil de Curitiba/PR. Os instrumentos utilizados para coleta de dados foram as observações na sala de aula e a entrevista semi-estruturada com as professoras/educadoras. Os resultados possibilitaram identificar que as professoras/educadoras investigadas ainda não se percebem como profissionais, o que pode dificultar intervenções significativas em suas práticas pedagógicas. Muitas vezes, se mantêm na função, devido à "estabilidade" que o cargo oferece, ficando atreladas a uma rotina rígida, que possivelmente as impede de aceitar inovações.

O artigo seguinte de Enio Rodrigues da Rosa, Roberto Antonio Deitos e Ângela Mara de Barros Lara traz para o debate "As relações sociais e a escola no Brasil", sustentando que uma parte considerável dos problemas existentes dentro das escolas estaduais é decorrente das relações sociais individualistas e competitivas que se manifestam e que atingem, indistintamente, os trabalhadores da educação, os pais/as mães e os alunos. Os autores defendem que uma tentativa de inverter essa lógica dominante seria iniciar um processo de reflexão coletiva que tivesse como eixo estruturador o fortalecimento das relações sociais alicerçadas nas práticas cooperativas entre todos os agentes coletivos e individuais que fazem as escolas concretas.

Na sequência, o outro artigo polemiza a questão da diversidade, "Políticas Educacionais e diversidade: modos de implantação junto às escolas de educação básica", da autoria de Mariângela Bairros e Denise Bussoletti, que expõem um panorama das políticas educacionais relacionadas com a diversidade, visando retomar o debate sobre a implantação de políticas públicas educacionais junto às escolas de educação básica, bem como refletir acerca da maneira como são implantados programas e ações governamentais

no campo da diversidade. Defendem que o processo de implantação dessas políticas acaba por institucionalizar o esvaziamento do conteúdo e da significação discursiva e concluem que as práticas discursivas possuem um conteúdo impregnado pela apologia da diversidade em detrimento do esvaziamento da diferença de forma efetiva.

No artigo, “A construção de políticas educacionais para a educação do e no campo impulsionadas pelo MST no Estado do Paraná, a partir da década de 1990”, Caroline Mari Oliveira e Maria Aparecida Cecílio exploram a atuação dos Movimentos Sociais do Campo, em especial, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, na luta social travada contra o Estado capitalista e, sobretudo, contra o ideário neoliberal para conquista de políticas educacionais para a Educação do e no Campo, tomando como referência o Paraná, a partir da década de 1990. As autoras apontam como resultado parcial da investigação a compreensão de que os sujeitos sociais do campo, como os integrantes do MST, a partir da década de 1990, no Brasil, articularam processos de luta contra o Estado capitalista para instituição e garantia dos direitos à educação dos camponeses que estiveram marginalizados do processo educacional até o século XX. Diante dessa marginalização, a Educação do e no campo propõe a emancipação humana, colaborando com a inserção da pauta reivindicativa da luta social travada pela classe trabalhadora do campo que se apóia na concepção de que a educação compreende a materialidade histórica para além dos aportes do capital.

No artigo seguinte, sob o título de “A habilidade empática do professor na dinamização da sua prática pedagógica”, Letícia Pontes e Cleomar Ferreira Gomes têm a intenção de analisar se os professores que formam profissionais de saúde de uma universidade pública apresentam habilidade empática em sua prática pedagógica e, além disso, pretendem compreender se o uso da empatia, no trajeto pedagógico é uma tática utilizada pelos professores como instrumento teórico-metodológico facilitador do processo de aprender. Argumentam que a empatia é compreendida como um construto multidimensional que inclui três componentes (um cognitivo, um afetivo e um comportamental); e é, também, um atributo necessário aos profissionais de ajuda, como aqueles

envolvidos com a assistência à saúde e com os processos de aprendizado. Os resultados apontaram que as características da professora considerada pelos alunos como facilitadora do aprendizado compõem os elementos essenciais para a empatia e se fazem presentes nos componentes cognitivo, afetivo e comportamental, necessários para a empatia, o que sugere que o professor ao transmitir ou expressar “empatia” em relação a seus alunos configura-se como facilitador do aprendizado, assim como há a necessidade da inclusão de conteúdos na formação de professores com objetivo de desenvolver ou aprimorar a habilidade empática.

Lúcia Regina Goulart Vilarinho no artigo “Reflexões sobre o preparo do professor da educação infantil para dialogar com a criança midiática” questiona se professores, formados e em processo de formação estão preparados para enfrentar, na aprendizagem da educação infantil, a utilização do computador e da internet. Partindo da compreensão de que as crianças na atualidade convivem cada vez mais com a tecnologia, existe a necessidade de que a criança seja compreendida como ser social, determinado historicamente, que interage dinamicamente em seu mundo social.

Alessandra Reis Evangelista, Janaina S. S. Menezes e Fabio Luciano O. Costa a partir de um estudo bibliográfico e documental, apresentam no texto “O direito à EJA nas constituintes e LDB’s Brasileiras (1934-1996), os desafios que, desde a Constituição Federal de 1934, vem sendo apresentados a modalidade da Educação de jovens e adultos.

Por fim, o artigo de Sonia R. Landini e Gisele^a M. Pereira, “Avaliações Internacionais da educação e suas bases ontoepistemológicas: o caso da pesquisa Talis”, fecha o conjunto de textos apresentados neste número da revista com uma análise da pesquisa TALIS, identificando e discutindo os pressupostos epistemológicos, bem como as principais categorias utilizadas na pesquisa. Os autores intentaram salientar a proposição de formação que subjaz a investigação Talis e os impactos relacionados ao acesso aos conhecimentos científicos, artísticos, culturais e históricos na formação escolar. Tomaram como fonte o documento publicado pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) no ano de 2009, como também

a literatura que sustenta as principais proposições e análises presentes no documento em questão, destacando os conceitos de autoeficácia, competência e construtivismo.

Na seção Resenha, Roberta Ravaglio Gagno, apresenta a resenha da obra de Márcia Regina Mocelin: "O adolescente em conflito com a lei e a socioeducação".

Desejamos a todos uma leitura prazerosa e inspiradora.

Iêda Viana
Rita de Cássia G. Pacheco dos Santos
Corpo Editorial da Revista